

TRANSPARÊNCIA NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, AGENDA INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

*Patricia Vieira da Costa, Isabel Costa
e Raphaella Bandeira*

A última década testemunhou transformações profundas que mudaram a cara do Brasil. São mudanças que colocaram a política social no centro da estratégia de desenvolvimento e combinaram, ao invés de dissociar, busca por crescimento, distribuição de renda e inclusão.

Com o Plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011, o governo federal reforçou esse compromisso e ousou ir além, colocando ao Estado e a toda sociedade o desafio de superar a extrema pobreza no Brasil até o final de 2014.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Plano potencializou experiências e levou as políticas sociais para um novo patamar, articulando programas e ações de diversas áreas e promovendo uma grande concertação nacional, que envolve todos os entes federados e a sociedade civil. O Brasil sem Miséria aproveitou competências e sinergias para uma abordagem integral, lidando com as várias dimensões da pobreza e alcançando todo o país.

Em março de 2013, os últimos brasileiros do Programa Bolsa Família que ainda viviam na miséria transpuseram a linha da extrema pobreza do ponto de vista da renda. Com eles, foram 22 milhões de pessoas que superaram essa condição desde o lançamento do Plano Brasil sem Miséria. Um fato histórico, que ultrapassou prazos e metas. Mas ao mesmo tempo foi só um começo, porque era preciso fazer mais – e o Brasil está fazendo, já que o Plano não se restringiu à vertente de renda, pois envolveu dezenas de ações que estão melhorando a inserção produtiva da população mais pobre e seu acesso a serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de assistência social, saúde e educação.

O governo federal considera que a transparência é fundamental para garantir que a sociedade possa acompanhar de perto esses e outros avanços obtidos, bem como as dificuldades enfrentadas na implantação da estratégia brasileira de superação da extrema pobreza. Tanto é assim que o Decreto que criou o Plano Brasil sem Miséria estabelece como diretriz a “atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade”¹.

A redação do Decreto é sintomática pois, tendo em vista a meta ousada, a grande escala, a enorme dimensão territorial e o curto prazo de execução do Plano Brasil sem Miséria, era absolutamente fundamental contar com o apoio dos estados, dos municípios e da sociedade civil para que a estratégia funcionasse. Por isso mesmo, as ações de transparência, que normalmente são voltadas à prestação de informações à sociedade de um modo geral, no caso do Plano Brasil sem Miséria guardam a especificidade de serem direcionadas também, em muitos casos, aos gestores estaduais e municipais e a entidades da sociedade civil organizada, sem os quais o Plano jamais teria alcançado o sucesso que obteve.

¹ Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011 (Art. 3º, IV).

Neste artigo, abordaremos alguns dos aspectos que conferem transparência ao Brasil sem Miséria: sua estratégia de comunicação social, que envolve portais na internet, publicações, redes sociais e atendimento à imprensa; suas relações com interlocutores internacionais, que incluem o atendimento às demandas de informações feitas por governos de diversos países e por pesquisadores, além do relacionamento com organizações internacionais; e a estratégia de participação social do Plano, desenvolvida em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República.

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

A estratégia de comunicação social do Brasil sem Miséria contempla vários públicos, incluindo os parceiros do Plano, a imprensa e a sociedade. Dada a necessidade de informar e apoiar estados e municípios na execução de ações, desde o início o Brasil sem Miséria prepara materiais de divulgação destinados aos gestores públicos estaduais e municipais. Mas também houve vários materiais destinados aos jornalistas e ao público em geral, de modo a conferir transparência a cada nova iniciativa. Quando houve divulgação de medidas de maior impacto – como o lançamento do Plano, o da Ação Brasil Carinhoso e o anúncio do fim da miséria no universo do Bolsa Família –, foram organizadas entrevistas coletivas e houve ações de divulgação por meio das diversas mídias à disposição do Poder Executivo Federal, de modo a permitir que as informações alcançassem o maior número possível de pessoas.

Prestação de contas

Um dos mais importantes instrumentos de comunicação do Plano é o portal Brasil sem Miséria (www.brasilsemmiseria.gov.br), que tem informações sobre a conformação e a gestão do Plano e também documentos e matérias sobre as principais novidades a seu respeito. Destinado a todos os públicos, o portal inclui tanto os mais

recentes resultados obtidos pelas ações do Plano, que interessam a todo cidadão, quanto informações aos gestores municipais e estaduais sobre implementação e fortalecimento de programas ligados à redução da extrema pobreza.

O Plano Brasil sem Miséria faz prestações de contas periódicas, com dados sobre a evolução quantitativa e qualitativa das ações que o compõem, a partir de informações declaradas pelos órgãos executores do Plano, coordenados pelo MDS. Para aumentar a transparência e facilitar o acompanhamento pelos setores público e privado e pela sociedade civil, os documentos de prestação de contas estão disponíveis no portal Brasil sem Miséria. O modelo de divulgação de resultados do Plano contempla três instâncias de prestação de contas:

- Dados nacionais, divulgados semestralmente na publicação “Caderno de Resultados”;
- Dados por estado, com atualização bimestral no portal “Brasil sem Miséria no seu Estado”;
- Dados municipalizados, com atualização bimestral no portal “Brasil sem Miséria no seu Município”.

Para facilitar a compreensão e ilustrar melhor as iniciativas e seus resultados, ao final do primeiro e do segundo ano de execução do Plano foram lançadas revistas com matérias que mostravam os avanços obtidos nas principais ações, incluindo casos de beneficiários dos programas mais importantes e avaliações feitas por gestores e especialistas.

Quadro 1 – Publicações feitas pelo Plano Brasil sem Miséria (2011-2014)

Publicação	Público
Caderno de Resultados (semestral)	População em geral
Cartilha Brasil sem Miséria no seu Município	Gestores municipais
Cartilha Pronatec Brasil sem Miséria	Gestores estaduais e municipais
Cartilha Intermediação de mão de obra	Gestores estaduais e municipais
Cartilha Pronatec Brasil sem Miséria e Brasil Sorridente	Gestores estaduais e municipais
Cartilha Pronatec Brasil sem Miséria e Projeto ViraVida	Gestores estaduais e municipais
Cartilha Pronatec Brasil sem Miséria Mulheres Mil	Gestores estaduais e municipais
Revista de 1 e 2 anos	População em geral
Boletim Brasil sem Miséria (mensal) (disponível apenas em versão eletrônica)	Sociedade civil organizada, estados, municípios

Fonte: Sesep/MDS.

Comunicação com gestores estaduais e municipais

Desde o início do Brasil sem Miséria, a equipe da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), que é a estrutura do MDS responsável pela coordenação do Plano, estabeleceu contato direto com os gestores das estratégias estaduais de superação da extrema pobreza. No caso dos municípios, contudo, o relacionamento se deu mais fortemente com as capitais e outras grandes cidades. Mas era preciso estabelecer uma via de comunicação que permitisse aos 5.570 municípios brasileiros ter informações completas e atualizadas sobre a implementação do Plano Brasil sem Miséria em seus territórios.

As eleições municipais de 2012 foram o mote para a elaboração de um plano de divulgação do Brasil sem Miséria aos municípios², que incluía: a elaboração

² Esse plano de divulgação é abordado em detalhes no artigo “A articulação federativa no Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

de material que explicasse de forma simples, clara e objetiva os programas; a disponibilização periódica de relatórios *online*, customizados para cada município brasileiro, com informações sobre a situação dos programas do Brasil sem Miséria nas cidades; e a realização de eventos para atendimento presencial aos prefeitos.

Para o trabalho de divulgação às prefeituras, era necessário ter material que explicasse a estrutura do Plano e de seus principais programas, apontando como os municípios poderiam potencializá-los em seus territórios e dando dicas sobre a organização de estratégias municipais de superação da extrema pobreza. Assim surgiu a cartilha “Brasil sem Miséria no seu Município”, elaborada pela Sesep com a colaboração dos parceiros do Plano. O fato de ter linguagem simples, clara e direta, com capítulos curtos, visual leve e organização coerente tornou o material atraente e muito requisitado pelos gestores municipais, com mais de 8 mil exemplares distribuídos em todo o país.

Já a ideia de disponibilizar uma ferramenta *online* que os gestores municipais pudessem usar em qualquer lugar e a qualquer tempo para obter informações atualizadas sobre a situação dos principais programas do Brasil sem Miséria em sua cidade requereu uma parceria interna no MDS. Era necessário redigir textos que deixassem claros os programas abordados e seus indicadores, e que permitissem, em vários casos, cotejar os resultados da cidade com médias nacionais, bem como saber as medidas a tomar caso os resultados estivessem aquém das expectativas. Tais textos precisavam ser “recheados” com dados atualizados periodicamente sobre vários programas das mais diversas áreas – e os números eram diferentes para cada um dos municípios brasileiros. A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), que opera enormes bancos de dados, agregando e desagregando informações de acordo com as necessidades da gestão do MDS, foi a parceira da Sesep nesse desafio. Ambas desenvolveram em conjunto os relatórios “Brasil sem Miséria no seu Município”.

Juntando as informações da cartilha com as do relatório (atualizado bimestralmente) num mesmo portal, os gestores puderam conhecer melhor os programas e serviços, seus objetivos, seu público-alvo, saber como potencializá-los

em seu território e como tornar o acesso a eles ainda mais fácil para os seus cidadãos. Surgiu assim o portal “Brasil sem Miséria no seu Município”, hospedado no endereço eletrônico www.brasilsemisERIA/municipios, concentrando toda a documentação em um só ambiente. O portal municipal fez tanto sucesso que os gestores estaduais acabaram demandando uma ferramenta semelhante, também desenvolvida em parceria pela Sesepe e a Sagi (www.brasilsemisERIA/estados).

Mas as informações proporcionadas pela cartilha e pelos portais não se prestaram apenas às consultas *online*: com base nesses dois instrumentos, a equipe do MDS realizou 3.430 atendimentos presenciais para falar sobre o Plano Brasil sem Miséria a gestores municipais ao longo do ano de 2013.

Outras ações de comunicação

O Plano conta também com o “Boletim Brasil sem Miséria”, publicação eletrônica que traz notícias atualizadas e orientações a gestores estaduais e municipais. Criado a partir de uma demanda de movimentos sociais, o boletim conta com um *mailing* de mais de 30 mil endereços eletrônicos e é enviado mensalmente a entidades da sociedade civil, interlocutores do Brasil sem Miséria nos estados, secretarias municipais e estaduais de assistência social, Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e parceiros diversos do MDS. Os boletins podem ser acessados no portal Brasil sem Miséria.

No que diz respeito à imprensa, a assessoria de comunicação social do MDS atende em média 75 pedidos de jornalistas que buscam informações sobre o Brasil sem Miséria todos os meses. As respostas são dadas pela própria assessoria, por técnicos da Sesepe ou por autoridades do ministério. Os esclarecimentos podem ser feitos na forma de respostas por telefone ou e-mail (inclusive apontando para materiais de divulgação já existentes *online*), entrevistas e *releases*. A assessoria de comunicação também presta esclarecimentos sobre o Plano a internautas nas redes sociais (*Twitter* e *Facebook*).

Quadro 2 – O Plano Brasil sem Miséria na internet

Instrumento	Endereço	Acessos acumulados*
Portal Brasil sem Miséria	www.brasilsemmiseria.gov.br	informação indisponível
Portal Brasil sem Miséria no seu Estado	www.brasilsemmiseria/municipios	151.186 visualizações
Portal Brasil sem Miséria no seu Município	www.brasilsemmiseria/estados	somadas de ambos os portais
Facebook	www.facebook.com/PlanoBrasilSemMiseria	15.207 curtidas
Twitter	twitter.com/brasilsemiseria	22 mil seguidores
YouTube	www.youtube.com/user/brasilsemmiseria	113 mil visualizações (408 vídeos)

(*) Todos os instrumentos saíram do ar em 5 de julho de 2014 devido às restrições do período eleitoral, que se estendeu até 26 de outubro.

Fonte: SESEP/MDS, outubro de 2014.

RELAÇÕES COM INTERLOCUTORES INTERNACIONAIS

O sucesso das políticas nacionais de proteção social e o avanço dos indicadores sociais tornaram a estratégia de superação da extrema pobreza do Brasil alvo do interesse de autoridades e gestores públicos de vários países. Desde 2011, a equipe do Brasil sem Miséria já recebeu, em reuniões bilaterais, delegações provenientes de: China, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guatemala, Índia, México, Peru, Sudão, Uruguai e Zâmbia, entre outros países. Além disso, de 2012 a 2014, a Sesep participou de todas as edições do seminário internacional “Políticas Sociais para

o Desenvolvimento”³, evento realizado periodicamente pelo MDS. Nesses seminários, gestores de diversos programas sociais brasileiros fazem apresentações e esclarecem dúvidas a dezenas de delegações estrangeiras reunidas em Brasília.

Membros da equipe do Plano também foram convidados a proferir palestras em eventos sobre políticas de superação da miséria realizados em outros países, como Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, França, Guatemala, Honduras, Madagascar, Peru e Uruguai. Nessas viagens, geralmente os representantes do Brasil sem Miséria são convidados pelo governo do país que sedia o evento a participar de reuniões bilaterais para troca de experiências sobre políticas sociais.

O Brasil sem Miséria também recebe com frequência estudantes de pós-graduação que estão escrevendo monografias e teses sobre políticas de proteção social em universidades de todas as partes do mundo. Mas os contatos mais constantes na área internacional são com organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e o Centro Rio+⁴.

Foi justamente dessa relação com as organizações internacionais que surgiu o WWP – *Brazil Learning Initiative for a World without Poverty* (Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza). Trata-se de uma parceria entre o MDS, o Banco Mundial, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o IPC-IG/PNUD .

3 Nesses eventos, a Sesepe fez palestras e respondeu perguntas de delegações provenientes de: África do Sul, Angola, Argélia, Argentina, Bahamas, Bangladesh, Belize, Bolívia, Botsuana, Cabo Verde, China, Colômbia, Costa do Marfim, Egito, El Salvador, Equador, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guatemala, Guiana, Guiné, Haiti, Honduras, Iêmen, Índia, Indonésia, Itália, Jordânia, Kuwait, México, Níger, Nigéria, Palestina, Paquistão, Paraguai, Peru, Quênia, República do Congo, República Dominicana, Senegal, Suriname, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Venezuela, Vietnã.

4 Outros interlocutores frequentes são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Na avaliação desses parceiros, o Brasil realizou avanços expressivos na redução da pobreza e da desigualdade ao longo da última década. A implementação do Programa Bolsa Família, bem como a experiência mais recente de reforçar as sinergias e a execução de um amplo conjunto de programas de redução da pobreza, sob a égide do Plano Brasil sem Miséria, geraram um grande volume de conhecimento.

Os parceiros levaram em conta que o Brasil tem recebido um fluxo cada vez maior de delegações estrangeiras interessadas em aprender com seu conhecimento nessa área, mas também que ainda há muito espaço para acelerar e expandir a aprendizagem com a experiência em política social do Brasil, incluindo lições sobre o que funcionou e a maneira como as reformas e soluções inovadoras foram implementadas.

O WWP (www.wwp.org.br) foi criado no intuito de apoiar a aprendizagem sistemática em relação ao desafios de implementação de iniciativas para redução da pobreza, como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria, permitindo o compartilhamento de lições extraídas da experiência brasileira. Os principais públicos da iniciativa são profissionais e tomadores de decisão na área de política social. Os pesquisadores e o público geral compõem o público secundário.

Os parceiros do WWP assinaram um memorando de entendimento em 2013, estabelecendo os seguintes objetivos para a iniciativa:

- (i) Aumentar o impacto das abordagens exitosas das políticas públicas implementadas no Brasil;
- (ii) Apoiar discussões sobre abordagens inovadoras para lidar com questões essenciais relacionadas à redução da pobreza, por meio de uma rede de profissionais;
- (iii) Ter uma abordagem rigorosa em relação ao desenvolvimento, implementação, monitoramento, avaliação e divulgação de políticas inovadoras;
- (iv) Facilitar o escalonamento e a provisão de políticas inovadoras, bem como a ampla divulgação de seus resultados por todo o país;

- (v) Facilitar o compartilhamento de conhecimentos e aprendizagem entre o Brasil e outros países, inclusive por meio de iniciativas internacionais de cooperação técnica;
- (vi) Utilizar e alavancar os recursos e estruturas já existentes, para proveito e benefício mútuos.

Tendo em vista a abrangência e complexidade do sistema de proteção social brasileiro, o WWP realizou pesquisas com participantes de três importantes eventos de aprendizagem Sul-Sul realizados no Brasil no início de 2014 para saber sobre quais iniciativas brasileiras haveria mais interesse internacional.

O primeiro dos três eventos foi a reunião especial da Comunidade de Aprendizagem da África (CAA) sobre programas de transferência de renda com e sem condicionalidades, realizada em Fortaleza em março. Participaram do evento 38 países africanos. O segundo evento foi a quinta edição do Fórum de Aprendizagem Sul-Sul sobre Proteção Social e Trabalho, organizado uma vez por ano pelo Banco Mundial, que ocorreu no Rio de Janeiro em março e reuniu 230 participantes de 70 países em desenvolvimento de todas as regiões do mundo. Finalmente, o terceiro evento foi o já citado seminário internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento, organizado pelo MDS em Brasília em abril, com a participação de delegações de 18 países.

Apesar de os participantes de cada evento representarem diferentes grupos de países e regiões, e de enfrentarem desafios distintos, a pesquisa mostrou resultados semelhantes com relação a interesses e demandas. O Cadastro Único para Programas Sociais – que tem informações completas sobre as famílias brasileiras de baixa renda e é o principal instrumento de seleção de beneficiários das ações do Brasil sem Miséria⁵ – foi o mais votado nos três eventos, seguido das condicionalidades do Bolsa

5 Mais informações sobre o Cadastro Único nos textos “A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria”, “O papel do Cadastro Único no Plano Brasil sem Miséria” e “O Programa Bolsa Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil”, neste livro.

Família e da coordenação federativa nas ações de redução da pobreza. Quanto aos instrumentos de aprendizagem e materiais preferidos, o maior interesse recai sobre vídeos curtos, estudos de caso e cursos *online*. Os materiais que já estão disponíveis no WWP refletem esses resultados.

Além dos textos e vídeos postados no *website*, o WWP também vem realizando eventos para discussão de diversos aspectos ligados a desenho, implementação, avaliação e monitoramento de ações para a superação da extrema pobreza e da pobreza. Um desses eventos foi a oficina técnica “Dimensionamento e caracterização da pobreza no contexto de sua superação: os limites dos indicadores clássicos e as novas propostas metodológicas”, que reuniu especialistas e interessados em formas de mensuração da pobreza no dia 26 de agosto de 2014 no Rio de Janeiro.

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2014 foi realizado, em Brasília, o “I Seminário Internacional WWP – Um Mundo sem Pobreza”, com a presença do vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial, Kaushik Basu; do diretor do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, Selim Jahan; do professor James Foster, da Universidade George Washington (EUA); do professor Murray Leibbrandt, da Universidade da Cidade do Cabo (África do Sul); entre muitos outros especialistas e autoridades. As discussões giraram em torno da conceituação da pobreza e da experiência brasileira com o Plano Brasil sem Miséria. Falou-se também da possibilidade de acabar com a extrema pobreza no mundo em uma geração, com os especialistas internacionais apontando o Brasil como exemplo de que isso é possível, e debateu-se a agenda de políticas pós-superação da extrema pobreza.

ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social foi fundamental para garantir a transparência e o controle social do Brasil sem Miséria, viabilizando o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de seus programas e ações, e contribuindo também em termos de

desenho e execução de iniciativas do Plano. Entendendo que a participação social aprimora as políticas públicas no país, o governo federal vem buscando, desde antes do lançamento do Plano, várias formas diálogo, de escuta e de troca de opinião com os movimentos sociais.

Neste processo destacam-se os “Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil sem Miséria”, encontros organizados em conjunto pelo MDS e pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Por meio deles foi possível compartilhar as experiências adquiridas nos três anos e meio de atividades do Plano, debatendo os desafios da estratégia brasileira para avançar na superação da extrema pobreza e aprofundando o processo de participação social em torno do Plano.

De maio de 2011 a outubro de 2014 foram realizadas cinco grandes rodadas dos Diálogos. Os eventos ocorreram no Palácio do Planalto, com a presença de ministros das pastas que atuam no Brasil sem Miséria e de representantes de centenas de entidades da sociedade civil, das mais variadas áreas de atuação e de todas as partes do país, tendo em vista a intersectorialidade e a abrangência nacional do Plano.

São movimentos do campo e da cidade, incluindo organizações não governamentais, conselhos de políticas públicas, comissões, centrais sindicais, comunidades religiosas, confederações patronais, organizações de responsabilidade social e fóruns nacionais. Eles representam povos e comunidades tradicionais, populações específicas, LGBTTT⁶, primeira infância, trabalhadores e empresas, entre outros setores da sociedade civil. Em anexo a este texto há uma lista dos 282 movimentos sociais que participaram de pelo menos uma das cinco edições dos Diálogos realizadas até outubro de 2014.

Entre os dias 15 e 31 de maio de 2011, ainda antes do lançamento do Plano⁷, houve uma primeira edição dos Diálogos, com oito grandes rodadas de debates

6 *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Transgêneros.*

7 *No dia 2 de junho de 2011 foi lançado o Plano Brasil sem Miséria.*

envolvendo representantes de diversos segmentos da sociedade, para apresentar e discutir as propostas da estratégia de enfrentamento da extrema pobreza no Brasil. Esses oito encontros mobilizaram 452 pessoas de cerca de 80 organizações da sociedade civil de abrangência nacional e de 13 órgãos do governo federal.

Os questionamentos, preocupações e contribuições levantados pelos movimentos sociais naquela ocasião deram origem ao documento conhecido como “Devolutiva”. Além de apresentar a estratégia do Brasil sem Miséria, a Devolutiva relata as providências adotadas com base nas críticas e sugestões da sociedade civil, respondendo a todos os questionamentos que estavam dentro do escopo do Plano feitos pelos movimentos sociais.

O documento foi entregue aos participantes da segunda edição dos Diálogos, realizada no dia 8 de agosto de 2012, com a participação de cerca de 200 pessoas, sendo 112 representantes de organizações da sociedade civil. A ministra do MDS, Tereza Campello, apresentou o balanço de 1 ano do Brasil sem Miséria e, para aprofundar os debates em torno das realizações e desafios do Plano, os participantes se dividiram em quatro mesas de diálogo: Busca Ativa e garantia de renda; inclusão produtiva urbana; inclusão produtiva rural; e acesso a serviços. O encontro foi encerrado com uma reunião plenária conjunta dos ministros com todos os participantes.

Além da Devolutiva, outro documento foi apresentado na segunda edição dos Diálogos: a “Proposta de Mobilização e Participação Social no Brasil sem Miséria”, desenvolvida conjuntamente pelo MDS e pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A proposta contemplava, além dos Diálogos Governo – Sociedade Civil, diálogos em conselhos e conferências, diálogos regionais e outras formas de diálogo – todos realizados e detalhados adiante, neste texto. Para aumentar a transparência do Plano, o documento propunha também a revisão do portal Brasil sem Miséria (realizada pela equipe da Sesep), a edição de um boletim eletrônico mensal (o “Boletim Brasil sem Miséria”, mencionado na seção sobre comunicação social) e o aperfeiçoamento dos mecanismos de interlocução nas redes sociais (mencionados na mesma seção). Todas as propostas foram concretizadas pelo Plano.

A pedido dos movimentos sociais, a partir de 2013 os Diálogos, que até então eram realizados anualmente, passaram a ser semestrais. Participaram da terceira edição, realizada no dia 7 de março de 2013, mais de 150 pessoas, sendo 71 representantes de diversos segmentos da sociedade.

Já a quarta edição, realizada em 19 de setembro de 2013, reuniu 176 pessoas, entre membros do governo e de 46 entidades representativas da diversidade social. Na ocasião, a ministra Tereza Campello, acompanhada de outros ministros, apresentou o balanço de 2 anos do Plano, com destaque para seus impactos junto a determinados públicos, como negros e mulheres, crianças, adolescentes e jovens.

No dia 7 de agosto de 2014 foi realizada a quinta edição dos Diálogos. Aproximadamente 160 pessoas participaram do encontro, com representação de 59 entidades da sociedade civil. Além dos Diálogos, em 2014 o MDS também convidou os movimentos sociais para debates nas sessões de abertura das “Oficinas Regionais de Inclusão Produtiva Urbana 2014 – Brasil sem Miséria”, eventos que aconteceram ao longo do primeiro semestre nas cinco regiões do país. Cumpriu-se, assim, um dos compromissos da Proposta de Mobilização e Participação Social no Brasil sem Miséria, o de realização de encontros regionais.

Quadro 1 – Resumo das cinco edições dos Diálogos

Edição	Ano	Data	Síntese e quantidade de participantes
1ª	2011	15 a 31 de maio	Foram realizadas oito grandes reuniões que mobilizaram 452 pessoas oriundas de cerca de 80 organizações de âmbito nacional: 15.05 - movimentos do campo 19.05 - movimentos urbanos 23.05 - redes de ONGs e conselhos de políticas sociais 25.05 - centrais sindicais 27.05 - comunidades religiosas 30.05 - Rede de Educação Cidadã 31.05 - confederações e entidades patronais e 13 órgãos do governo federal
2ª	2012	08 de agosto	Apresentação do documento “Devolutiva” e do balanço de 1 ano do Plano na abertura. Participaram dessa edição cerca de 200 pessoas (112 representantes dos movimentos), que se dividiram em quatro mesas, organizadas de acordo com os eixos do Plano. No encerramento foi realizada uma plenária reunindo o conjunto dos participantes.
3ª	2013	07 de março	A pedido dos movimentos, a partir de 2013 os encontros passaram a ser semestrais. Mais de 150 pessoas estiveram presentes na terceira edição, representando 71 movimentos sociais e o governo federal.
4ª	2013	19 de setembro	Reuniu 176 participantes, representantes 46 movimentos da sociedade civil e do governo federal. A prestação de contas sobre o Brasil sem Miséria destacou resultados do Plano para determinados públicos, como negros, mulheres, crianças, adolescentes e jovens.
5ª	2014	07 de agosto	Participaram do encontro cerca de 160 pessoas, representando 59 entidades da sociedade civil e o governo federal. Foram apresentados os resultados de 3 anos do Plano, destacando-se as metas cumpridas.

Fonte: Sesepl/MDS.

Quando este texto foi concluído, o MDS estava planejando a sexta edição dos Diálogos, que seria realizada no dia 11 de dezembro de 2014.

Quadro 2 – Principais resultados do Brasil sem Miséria por público, apresentados na quinta edição dos Diálogos

Iniciativa	Públicos Específicos
Bolsa Família	93% das famílias têm mulheres como responsáveis 73% são famílias negras (pretas ou pardas) 68% das famílias têm mulheres negras como responsáveis
22 milhões saíram da extrema pobreza	39% das pessoas que saíram da extrema pobreza com o Brasil sem Miséria têm de 0 a 14 anos 29% são jovens de 15 a 29 anos 78% são negras ou negros 54% são mulheres
Busca Ativa	45 vezes mais famílias identificadas como público específico no Cadastro Único 259 vezes mais famílias extrativistas 160 vezes mais famílias ribeirinhas
Pronatec Brasil sem Miséria	48% têm entre 18 e 29 anos 67% são mulheres 68% são negras e pardas
Microempreendedor individual	55% são mulheres 68% são negras ou negros 24% são jovens de 15 a 29 anos
Microcrédito Produtivo Orientado (Crescer)	73% das operações feitas por mulheres 77% por negras ou negros 27% por jovens de 15 a 29 anos
Água para Todos	73% dos responsáveis pelas cisternas são mulheres 80% dos responsáveis pelas cisternas são negras ou negros 4.956 famílias indígenas receberam cisternas 9.967 famílias quilombolas receberam cisternas
Brasil Carinhoso – creches	702 mil crianças do Bolsa Família matriculadas

Fonte: Sesepl/MDS, a partir de informações de parceiros do Brasil sem Miséria, outubro de 2014.

Cabe destacar que as políticas públicas que fazem parte do Plano Brasil sem Miséria contam com instâncias próprias de participação social, já consolidadas em fóruns constituídos pelos ministérios responsáveis, em parceria com a sociedade civil. A participação social no Plano não pretende replicar essas instâncias já existentes, mas fortalecê-las e complementá-las na esfera do amplo esforço nacional coordenado em torno de um objetivo comum, sem que se prescindam dos mecanismos já estabelecidos no âmbito de cada iniciativa ou instituição participante do Brasil sem Miséria.

Outras formas de participação

A participação social no Plano Brasil sem Miséria também se dá por outros canais, como reuniões bilaterais com setores da sociedade civil e participação em conferências e conselhos nacionais de políticas públicas. Também há diálogos em momentos de destaque na agenda nacional, como ocorreu com a “Arena Socioambiental” realizada durante a Rio+20, sobre a qual falaremos adiante.

No que diz respeito a diálogos em conselhos e conferências, os que têm maior interface com o Plano Brasil sem Miséria são:

- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)
- Conselho Nacional de Saúde (CNS)
- Conselho Nacional de Educação (CNE)

O Brasil sem Miséria participou de reuniões e conferências realizadas pelos conselhos acima, durante todo o período do Plano. Também participou de reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e de todos os demais conselhos que convidaram ou abriram espaço para discussão sobre o Brasil sem Miséria, cumprindo assim outro compromisso da Proposta de Mobilização e Participação Social.

Além disso, sempre que instada, a equipe dirigente do Plano se fez presente em reuniões do Fórum Brasileiro de Redes, Organizações e Ativistas de Defesa de Direitos, de entidades empresariais como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o Conselho Empresarial da América Latina (CEAL Brasil), o Instituto Ethos e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), e também na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, para citar apenas alguns exemplos.

O objetivo era pautar a discussão do Brasil sem Miséria enquanto estratégia abrangente para a superação da extrema pobreza e promover a articulação de políticas de forma transversal por meio do debate com a sociedade.

Outra importante forma de participação pode ser proporcionada pela realização de “megaeventos” no país. Aproveitando a mobilização gerada em torno desses acontecimentos, é possível organizar eventos paralelos que fomentem o diálogo com os movimentos sociais. O melhor exemplo disso foi dado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio +20, realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro.

Na ocasião, o MDS coordenou o espaço “Arena Socioambiental”, que viabilizou o diálogo direto entre o governo federal e os movimentos sociais que participaram da Cúpula dos Povos⁸. Cerca de 15 mil pessoas participaram presencialmente dos debates realizados na “Arena Socioambiental”, envolvendo 11 ministros, uma série de especialistas e de representantes de vários segmentos da sociedade civil. Os canais *online* disponibilizados ao longo do evento tiveram ampla participação: 458 mil pessoas visitaram a página do *Facebook* e o evento foi o item mais comentado no *Twitter* na semana, com mais de 50 mil menções. Houve 42 horas de transmissão de imagens ao vivo pela internet, com audiência diária média de 7 mil pessoas. Dentre os assuntos

8 A Cúpula dos Povos foi um evento paralelo à Rio+20, organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países. Ocorreu entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo.

debatidos, o Brasil sem Miséria foi um dos mais comentados pelos participantes, presencialmente ou nas redes sociais. Iniciativas como essa podem ser replicadas pelo governo federal em outros momentos considerados importantes na agenda nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de ter um prazo de execução bastante restrito (de junho de 2011 a dezembro de 2014), o Plano Brasil sem Miséria foi capaz de desenvolver mecanismos eficientes de transparência e participação social.

A facilidade e simplicidade de acesso, a quantidade e qualidade das informações disponíveis e a sofisticação das ferramentas de busca dos portais “Brasil sem Miséria no seu estado” e “Brasil sem Miséria no seu município” renderam à estrutura de monitoramento do Plano Brasil sem Miséria o prêmio do “Concurso Inovação na Gestão Pública Federal 2013”. E, quando este artigo estava sendo inscrito, em outubro de 2014, o portal “Brasil sem Miséria no seu município” estava entre os finalistas do “II Concurso de Boas Práticas da Controladoria Geral da União”, na categoria “Promoção da transparência ativa e/ou passiva”.

Os “Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil sem Miséria”, por sua vez, foram bem sucedidos em sua missão de aprofundar o debate, conhecer as percepções e receber as sugestões e críticas dos movimentos sociais sobre os avanços e desafios do Plano de superação da extrema pobreza, além de ampliar o engajamento da sociedade. Por isso, tornaram-se referência em participação social, tendo sido replicados pela Secretaria-Geral da Presidência da República em outras políticas. Houve Diálogos para mobilização social e debate sobre o Programa Mais Médicos, o enfrentamento à violência nas periferias dos centros urbanos, a Copa do Mundo e o Fundo Amazônia.

Deste modo, trabalhando e debatendo juntos as ações articuladas do Plano Brasil sem Miséria, governo e sociedade avançaram na reflexão, na construção e no aprimoramento de ações coletivas para o enfrentamento da pobreza e a promoção da inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Devolutiva Diálogos Governo-Sociedade Civil: Brasil sem Miséria*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/dialogos-governo-sociedade-civil/dialogos-2012/Devolutiva.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Brasil sem Miséria no seu Município*. Edição revisada. Brasília, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69>. Acesso em: 04 nov. 2014

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria-Geral da Presidência da República. *Mobilização e participação social no Plano Brasil sem Miséria*. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B7VSUSGkIS-zcV9CYU5kclI4YIU/edit>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

ANEXO

Lista das 282 entidades da sociedade civil que participaram de ao menos uma das edições dos “Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil sem Miséria”

	Entidade	Sigla
1	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	ABGLT
2	Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e Pela Vida	Ação da Cidadania
3	Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação	Ação Educativa
4	Ação Fome Zero	Ação Fome Zero
5	ActionAid	ActionAid
6	Ágere - Cooperação em Advocacy	Ágere
7	Articulação de Mulheres Brasileiras	AMB
8	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras	AMNB
9	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo	POINME
10	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	Apib
11	Articulação Nacional de Agroecologia	ANA
12	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais	Antra
13	Articulação no Semiárido Brasileiro	ASA
14	Assembleia de Deus	Assembleia de Deus
15	Associação Antônio Vieira	Associação Antonio Vieira
16	Associação Brasileira de Alzheimer	ABRAz
17	Associação Brasileira de Enfermagem	ABEn
18	Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Criança e do Adolescente	ABMP
19	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais	Abong
20	Associação Brasileira de Ostomizados	Abraso
21	Associação Brasileira de Supermercados	Abras
22	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos	Abrinq
23	Associação Centro de Cultura Negra e Religiosidade Afro-amazônica	ACCUNERAA
24	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste	Assocene
25	Associação de Trabalhos Comunitários	STC
26	Associação Nacional de Comerciantes de Material de Construção	Anamaco
27	Associação Nacional de Gerontologia do Brasil	ANG Brasil
28	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão	Anteag
29	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária	Ancosol-DF
30	Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros	Anceabra
31	Aty-Guasú - Grande Assembleia dos Povos Guarani Kaiowa	Aty-Guasú
32	Banco Interamericano de Desenvolvimento	BID
33	Banco Mundial	BIRD

	Entidade	Sigla
34	Bernard van Leer Foundation	Bernard van Leer Foundation
35	Câmara Brasileira da Indústria da Construção	CBIC
36	Canto Jovem	Canto Jovem
37	Caritas Brasileira	Caritas Brasileira
38	Central de Movimentos Populares	CMP
39	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	CTB
40	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil	CGTB
41	Central Única das Favelas	Cufa
42	Central Única dos Trabalhadores	CUT
43	Centro Brasileiro de Estudos da Saúde	Cebes
44	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	Ceap
45	Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais	Cais
46	Centro de Educação Paulo Freire	Cepafre
47	Centro de Promoção da Saúde	Cedaps
48	Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social	CENDHEC
49	Centro Feminista de Estudos e Assessoria	CFEMEA
50	Centros Familiares de Formação por Alternância	Ceffas
51	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social	Congemas
52	Coletivo de Entidades Negras	CEN
53	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	CNPCT
54	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Conaeti
55	Comissão Nacional de Política Indigenista	CNPI
56	Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo	Conatrae
57	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida	Coep
58	Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis	CIISC
59	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua	Ciamp-Rua
60	Conectas Direitos Humanos	Conectas
61	Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos	Cobap
63	Confederação Brasileira de Fundações	Cebraf
64	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil	CACB
65	Confederação das Mulheres do Brasil	CMB
66	Confederação das Mulheres do Brasil	CMB
67	Confederação Israelita Brasileira	Conib
68	Confederação Nacional da Agricultura	CNA
69	Confederação Nacional da Indústria	CNI
70	Confederação Nacional das Associações de Moradores	Conam
71	Confederação Nacional das Instituições Financeiras	CNF
72	Confederação Nacional de Serviços	CNS
73	Confederação Nacional do Comércio	CNC
74	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	CNTE
75	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Contag
76	Conferência dos Religiosos do Brasil	CRB

	Entidade	Sigla
77	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	CNBB
78	Congresso Nacional Afro-Brasileiro	CNAB
79	Consejo Empresarial de América Latina	CEAL
80	Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo	CBMSP
81	Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço	Conselho Curador do FGTS
82	Conselho das Cidades	ConCidades
83	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	CDES
84	Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção	CTPCC
85	Conselho Federal de Psicologia	CFP
86	Conselho Latino Americano de Igrejas	CLAI Brasil
87	Conselho Nacional da Juventude	Conjuve
88	Conselho Nacional das Populações Extrativistas	CNS
89	Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca	Conape
90	Conselho Nacional de Assistência Social	CNAS
91	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	CCT
92	Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	CNCD/LGBT
93	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Condraf
94	Conselho Nacional de Direitos Humanos	CNDH
95	Conselho Nacional de Economia Solidária	CNES
96	Conselho Nacional de Educação	CNE
97	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil	Conic
98	Conselho Nacional de Imigração	CNIg
99	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	CNPPC
100	Conselho Nacional de Política Cultural	CNPC
101	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas	Conad
102	Conselho Nacional de Previdência Social	CNPS
103	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	CNPIR
104	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	CNRH
105	Conselho Nacional de Saúde	CNS
106	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Consea
107	Conselho Nacional de Segurança Pública	Conasp-MJ
108	Conselho Nacional de Turismo	CNT
109	Conselho Nacional do Esporte	CNE
110	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Conama
111	Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria	CN-SESI
112	Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente do Brasil	CVI Brasil
113	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Conanda
114	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	CNDM
115	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Conade
116	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	CNDI
117	Conselho Nacional Movimento Popular	CNMP
118	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar
119	Convenção Batista Nacional e Aliança Evangélica Cristã	Convenção Batista Nacional e Aliança Evangélica Cristã

	Entidade	Sigla
120	Convenção de Igrejas e Ministros das Assembléias de Deus	Cimadec
121	Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares	COOPERHAF
122	Coordenação da Reforma Agrária	CRA
123	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Coiab
124	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	Conaq
125	Coordenação Nacional de Entidades Negras	Conen
126	Departamento de Estudos Sócio- Econômicos Rurais	Deser
127	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	Dieese
128	Escola de Gente	Escola de Gente
129	Evangélicos pela Justiça	EPJ
130	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	Fase
131	Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras	Fasubra
132	Federação de Umbanda e Candomblé	Federação de Umbanda e Candomblé
133	Federação dos Bandeirantes do Brasil	Federação dos Bandeirantes do Brasil
134	Federação Espírita Brasileira	FEB
135	Federação Israelita	Federação Israelita
136	Federação Nacional das APAEs	Fenapaes
137	Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes	Fenafal
138	Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal	Fenae
139	Federação Nacional de Ação Social e Política Cristã	Fenasp
140	Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos	Feneis
141	Federação Nacional dos Assistentes Sociais	Fenas
142	Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas	Fenatribef
143	Federação Nacional dos Médicos	Fenam
144	Federação Nacional dos Psicólogos	Fenapsi
145	Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil	Fazer
146	Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Fetraf
147	Força Sindical	Força Sindical
148	Fórum Brasileiro de Economia Solidária	FBES
149	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	FBOMS
150	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	FBSSAN
151	Fórum Brasileiro do Orçamento	FBO
152	Fórum da Amazônia Oriental	FAOR
153	Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos	FENDH
154	Fórum Nacional DCA – Direito das Crianças e Adolescentes	FNDCA
155	Fórum Nacional de Assistência Social	FNAS
156	Fórum Nacional de Mulheres Negras	FNMN
157	Fórum Nacional de Reforma Urbana	FNRU
158	Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho	Fonset

	Entidade	Sigla
159	Fórum Nacional de Secretários de Estados de Assistência Social	Fonseas
160	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social	Fonaceas
161	Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS	FNTSUAS
162	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação	FNDC
163	Frente Evangélica por um Brasil Melhor	Frente Evangélica por um Brasil Melhor
164	Frente Parlamentar Evangélica	Frente Parlamentar Evangélica
165	Fundação Gol de Letra	Fundação Gol de Letra
166	Fundação Grupo Esquel Brasil	FGEB
167	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho	UNITRABALHO
168	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	FMCSV
169	Fundação ORSA	Fundação ORSA
170	Fundação Perseu Abramo	Fundação Perseu Abramo
171	Fundação Roberto Marinho	Fundação Roberto Marinho
172	Fundo das Nações Unidas para a Infância	Unicef
173	Grupo Cultural AfroReggae	AfroReggae
174	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas	Gife
175	Grupo de Trabalho Amazônico	GTA
176	Igreja Apostólica Renascer em Cristo	Igreja Apostólica Renascer em Cristo
177	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	IEAB
178	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil	IELCB
179	Igreja Metodista do Brasil	Igreja Metodista do Brasil
180	Igreja Presbiteriana Unida do Brasil	IPU
181	Instituto Acácia de Responsabilidade Social	Instituto Acácia
182	Instituto Alana	Instituto Alana
183	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	Ibase
184	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	Idec
185	Instituto Crescer	Instituto Crescer
186	Instituto da Infância	Ifan
187	Instituto de Desenvolvimento Sustentável	Idest
188	Instituto de Estudos da Religião	ISER
189	Instituto de Estudos Socioeconômicos	Inesc
190	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	Polis
191	Instituto de Imagem e Cidadania do Rio de Janeiro	Instituto de Imagem e Cidadania do Rio de Janeiro
192	Instituto EcoFuturo	Instituto EcoFuturo
193	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Instituto Ethos
194	Instituto H2O	Instituto H2O
195	Instituto Legislativo Brasileiro	ILB-SF
196	Instituto Razão Social	Instituto Razão Social
197	Instituto Socioambiental	ISA
198	Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social	Intervozes
199	Legião da Boa Vontade	LBV
200	Liga Brasileira das Lésbicas	LBL
201	Marcha Mundial das Mulheres	MMM

	Entidade	Sigla
202	Memorial Lélia Gonzales	Memorial Lélia Gonzales
203	Ministério Madureira - Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil	Convenção Nacional da Assembléia de Deus no Brasil
204	Movimento Camponês Popular	MCP
205	Movimento de Educação de Base	MEB
206	Movimento de Mulheres Camponesas	MMC
207	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase	MORHAN
208	Movimento dos Atingidos por Barragens	MAB
209	Movimento dos Pequenos Agricultores	MPA
210	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	MTD
211	Movimento dos Trabalhadores sem Terra	MST
212	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	MIQCB
213	Movimento Nacional da População de Rua	MNPR
214	Movimento Nacional de Direitos Humanos	MNDH
215	Movimento Nacional de Luta contra a Aids	Movimento Nacional de Luta contra a Aids
216	Movimento Nacional de Luta pela Moradia	MNLM
217	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	MNCR
218	Movimento Nacional dos Pescadores	Monape
219	Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade	MNCS
220	Movimento Negro Unificado	MNU
221	Movimento Popular de Saúde	MOPS
222	Nação HIP HOP	Nação HIP HOP
223	Nova Central Sindical dos Trabalhadores	NCST
224	Ordem dos Advogados do Brasil	OAB
225	Ordem dos Ministros Evangélicos no Brasil e no Exterior	Omebe
226	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	Unesco
227	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	FAO
228	Organização Internacional do Trabalho	OIT
229	Organização Nacional dos Cegos do Brasil	ONCB
230	OXFAM Internacional	OXFAM
231	Parceiros Voluntários	Parceiros Voluntários
232	Pastoral Carcerária	Pastoral Carcerária
233	Pastoral da Criança	Pastoral da Criança
234	Pastoral da Juventude	Pastoral da Juventude
235	Pastoral da Juventude Rural	PJR
236	Pastoral dos Nômades do Brasil	Pastoral dos Nômades do Brasil
237	Pastoral Nacional do Povo de Rua	Pastoral Nacional do Povo de Rua
238	Pastoral Social	Pastoral Social
239	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
240	Projeto OCA	Projeto OCA
241	Rede Amazônia Negra	RAN
242	Rede Brasileira pela Integração dos Povos	Rebrip
243	Rede Cerrado	Rede Cerrado

	Entidade	Sigla
244	Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade	Rejuma
245	Rede de Educação Cidadã	Recid
246	Rede de Tecnologia Social	RTS
247	Rede Jubileu Sul Brasil	Rede Jubileu Sul Brasil
248	Rede Latino Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias	Riadis
249	Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores	Renajoc
250	Rede Nacional de Colegiados Territoriais	RNCT
251	Rede Nacional de Negros e Negras LGBT	Rede Afro LGBT
252	Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	RNFS
253	Rede Nacional Primeira Infância	RNPI
254	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	Rede de ITCPs
255	Sara Nossa Terra	Sara Nossa Terra
256	Sempre Viva Organização Feminista	SOF
257	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Sebrae
258	Serviço de Tecnologia Alternativa	Serta
259	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Senac
260	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Senai
261	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Senar
262	Serviço Social da Indústria	Sesi
263	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia	SBGG
264	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	SBPC
265	Terra de Direitos - Organização de Direitos Humanos	Terra de Direitos
266	Terreiros Matriz Afro	Terreiros Matriz Afro
267	Todos pela Educação	Todos pela Educação
268	Transparência Brasil	Transparência Brasil
269	União Brasileira de Mulheres	UBM
270	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	Ubes
271	União de Negros pela Igualdade	Unegro
272	União dos Dirigentes Municipais de Educação	Undime
273	União dos Escoteiros do Brasil	UEB
274	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social	Unisol
275	União Geral dos Trabalhadores	UGT
276	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária	Unicafes
277	União Nacional dos Estudantes	UNE
278	União Nacional Por Moradia Popular	UNMP
279	União Planetária	UP
280	Via Campesina	Via Campesina
281	Visão Mundial	VM
282	Viva Rio	Viva Rio